

Annibal Soares



Chronica

do

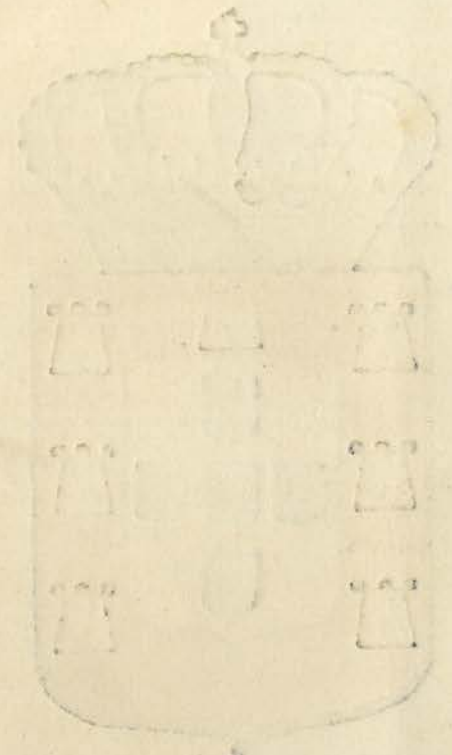
Exilio 

PARIS

EMPREZA EDITORA

“CHRONICA DO EXILIO”

Imperial and Royal



CHRONICA

16

IMPERIALE ET REGIALE

IMPERIALE ET REGIALE

CHRONICA

Chronica do Exilio

PUBLICAÇÃO SEMANAL

Empreza Editora "Chronica do Exilio", 7, rue Laffitte, PARIS

| | | | |
|--|-------------------------|-----|------|
| PREÇO DA ASSIGNATURA (Franco de porte) Pagamento adiantado | Anno | Fr. | 14 » |
| | Semestre | — | 7.50 |
| | Numero avulso | — | 0.30 |

SUMMARIO :

A questão politica portugueza e a questão theorica das formas de governo.

As democracias na Peninsula : o caso da Hespanha.

O nosso problema e os seus termos : o paiz sob a Monarchia, o paiz sob a Republica. O que pretendemos.

A opinião, a Republica e o seu pessoal.

A ultima amarra.

ESCREVE-ME um dialectico desconhecido : « No tempo da Monarchia os senhores diziam que a questão da fórma do governo era indifferente ; que os povos não mudavam com revoluções ; que com bons governantes todos os regimens servem. Então agora que a Republica é um facto consummado, porque é que os senhores fazem questão do regresso á Monarchia? Porque não accetam o regimen e não empregam antes a sua propaganda e os seus esforços em fazer que se mude a maneira de governar? »

É bem certo que não ha como as perguntas pueris para exigir respostas complicadas. O succinto questionario do meu correspondente de hoje poderia provocar-me a escrever um tratado.

Em primeiro lugar, eu nunca disse que tinha como insignificante « a questão da fórma de governo » ; considero ao contrario que esse problema offerece especulativamente algum interesse, e é d'uma importancia decisiva quando olhado em relação a um dado povo dentro d'uma época determinada.

Em principio — tanto quanto se podem tomar em principio as questões d'esta natureza — eu prefiro por mil razões a fórma de governo monarchica á

fórma republicana ; porque é uma coisa muito ignorada no nosso paiz de superficiaes que existe uma *theoria monarchica* e que essa theoria se abona com argumentos junto dos quaes empallidecem notavelmente as allegações puramente declamatorias e metaphysicas que déram á doutrina republicana uma voga ephemera e já hoje longinqua.

Se porém descessemos do campo das abstracções ao das realidades do logar e do tempo, se fôssemos tomar em conta o temperamento da raça, o estado da educação civica do povo e o seu modo-de-ser politico, as condições economicas e financeiras do paiz, a sua situação geographica e a sua posição internacional, então a necessidade de destruir a Republica como condição primaria, já não do progresso da Nação, mas da sua méra subsistencia, appareceria flagrantemente a quem quizesse meditar por dez minutos o problema posto com estes dados.

Por certo é verdade que as instituições politicas não transformam os povos, mas esta verdade o que quer dizer? Que o remedio para os males sociaes, moraes ou economicos que affligem um paiz, vivendo sob uma fórma de governo tradicional, não consiste em lhe mudar esse regimen politico ; e que os povos não se adaptam a umas instituições politicas quasquer, senão áquellas que são a significação natural e espontanea da sua idiosyncrasia, o *aboutissement* logico da sua historia, da sua evolução e de todo o condicionamento da sua existencia. Em resumo, as instituições politicas d'um povo não são de tirar e pôr : constituem uma emanção da propria raça, uma manifestação caracteristica do seu mesmo ser, como a lingua, o sentimento, a arte, a litteratura, a religião, a consciencia juridica, as formas da constituição familiar...

Decretem (e o senador Nunes da Matta é capaz d'isso) que o povo portuguez passará a exprimir-se n'uma lingua agglutinante, ou a adorar o boi Appis ou a adoptar nos seus monumentos e nas suas residencias o estylo persa : se collocarem ao lado de cada cidadão um carbonario com uma bomba para impôr

esta lei, conseguirão crear por algum tempo na linguagem, na religião e na architectura a instabilidade, a confusão, o *estado revolucionario* em que se mantem ha dois annos a politica ; mas todas essas creações artificiaes serão afinal tão inviaveis como a exotica forma de governo que quizeram implantar em Portugal com sacrificio de todas as tradições politicas do paiz, da linha logica da sua evolução e, mais ainda, das suas proprias instituições sociaes, do seu character e da sua moral.

Seria até certo ponto um erro e uma injustiça assimilhar inteiramente o regimen que ha dois annos grassa em Portugal á Republica que em onze mezes ia consummando a tarefa ingente de arruinar totalmente a Hespanha. Ali ainda sobrenadaram, no meio da geral desordem, alguns homens de talento, que de todo em todo a Republica não viu em Portugal, e alguns homens de character, que desde a primeira hora antepozeram os seus principios á questão secundaria da *fôrma*, e se elevaram dignamente contra toda a ululante alcateia que defendia na Republica, como os nossos, un meio de satisfação de odios fulgurantes e de fomes velhas e dignas de Gargantua ; e até um bom cidadão, que sentindo emfim a impossibilidade d'effectuar na Hespanha um governo republicano, honesta e lealmente propoz que fôsem todos embora e entregassem o paiz a quem queria dirigil-o dentro das suas naturaes e apropriadas instituições politicas. Em Portugal onde está a figura que amanhã, liquidado este miseravel episodio historico, fique de pé, para fazer attribuir á tentativa republicana, ao menos no mobil d'alguns seus agentes, o character d'uma inofensiva e pueril aventura de pobres diabos treslidos na verbologia revolucionaria, á similhaça d'esses jovens inconsiderados que vão naufragar dentro d'um bote á força de se terem engolfado nas *Viagens* de Julio Verne, ou d'aquellas costureiras romanticas que se deixam cair na primeira armadilha d'um seductor d'acaso, por haverem ingerido em folhetim historias maravilhosas d'amor e de fortuna? E onde

está, sobretudo, o homem de bem e de senso, á similitude de Salmeron, capaz de ir dizer tranquillamente aos Faustinos da representação nacional: « Meus senhores, nós somos uns idiotas, e não temos feito senão imbecilidades. Não ajuntemos aos nossos despauterios a responsabilidade da perdição da Patria. Vamos para nossas casas, e outros que governem o paiz com os seus principios e com os seus processos, visto que os nossos são provadamente inefficazes e tolos »?...

Mas áparte estas restricções quasi exclusivamente individuaes, o certo é que, no aspecto geral e na maior parte dos seus episodios, a vida da Republica em Portugal é como que uma réplica fiel da vida da Republica em Hespanha: a mesma desorientação, a mesma ignorancia, a mesma inepecia, as mesmas declamações insensatas e vãs, a mesma indisciplina no exercito, a mesma anarchia no paiz, a mesma demagogia dominando, as mesmas angustias financeiras, as mesmas difficuldades na constituição de governos inalteravelmente instaveis, o mesmo assalto impudico aos logares publicos e aos cofres do Estado (sem exclusão do empalmo das joias), as mesmas investidas contra o catholicismo com a mesma ideia de casar os padres e de inventar igrejas scismaticas, os mesmos ataques ao capital e á propriedade, os mesmos patetas no parlamento dizendo as mesmas asneiras e proclamando, como os nossos, a sua *independencia* — e até a mesma fuga para o estrangeiro da gente decente que o podia fazer e o mesmo resignado mutismo e inacção dos monarchicos, parecendo assegurar a eternidade da Republica, que afinal de contas acabou subitamente com um lance bem jogado de Pavia.

Tendo corrido o rumor de que Pavia intentava sublevar-se contra o congresso de Republica, Emilio Castelar chamou-o ao seu gabinete da presidencia, interpellando-o sobre a autenticidade d'estes boatos. O General desmentiu-os categoricamente, n'estes

termos : *Nunca, nunca eu me sublevarei exercendo commando.*

Na sessão de 2 de janeiro de 1874, Salmeron, descedo da cadeira presidencial de Congresso, proferiu textualmente as seguintes declarações a que já atraz alludi : « Sou inhabil, sou incapaz para o governo « emquanto as actuaes condições não mudarem : « não pretendo, nem peço, nem acceito o poder. Se « não é possivel salvar a situação presente dentro da « orbita do partido republicano, *digamol-o á face « do paiz antes que o aniquillemos nós com mão sacri- « lega ; declaremos que não é possivel governar com os « nossos principios, com os nossos processos : assim « ficará a nossa consciencia tranquilla por não ter « profanado o Poder, por não ter polluido as nossas « sagradas convicções. »*

Salmeron, a quem uma comissão de deputados procurára pouco antes, para lhe solicitar que desistisse d'este seu annunciado discurso, tinha respondido : *Salvense los principios y perezca la Republica.*

Emilio Castelar, presidente do governo, que se lhe seguiu na palavra, disse, apontando a extrema esquerda : « Sou suspeito ao partido republicano porque « lhe digo que elle só não pode salvar a Republica ; « porque lhe digo que está profundamente dividido e « perturbado ; porque lhe digo a verdade, como se « diz aos Reis, e accrescento que não governará em- « quanto não condemnar energicamente e para sempre « essa demagogia. »

A sessão prolongou-se pela madrugada. Das 5 para as 6 horas Salmeron subiu á sua cadeira e declarou ter recebido do Capitão-General de Madrid uma ordem para que os deputados abandonassem immediatamente o local de Congresso.

Ergueu-se um clamor unanime de protesto : *Nunca! nunca !* Os deputados tumultuavam : *Todos somos um ! Todos somos um para defender a Republica !* Falam em declarar Pavia fora da lei, em sujeital-o a um conselho de Guerra. Sabe-se entretanto que a

guarda civil penetrou no edificio. Castelar brada : *Aqui, com aquelles de vós que se conservarem a meu lado, morrerei e morreremos todos.* O deputado Benot corrige : *Morrer não ; vencer !* Salmeron pergunta : *Concordam os senhores deputados em que devemos resistir? Deixamo-nos matar nos nossos logares?* Muitas vozes : *Sim, sim, todos !*

N'isto soou no corredor um tiro ; depois ainda outros. Alguns deputados encaminham-se para a porta da direita e abandonam a sala ; outros refugiam-se na redacção do Diario das Sessões, outros saltam pela janella que dá para Floridablanca. Um dos ministros vae esconder-se nos altos do edificio ; outro, o General Sanches Bregua, na precipitação da retirada deixa no seu logar o chapéu. Já não restam no recinto senão Salmeron, que se decide a pôr o chapéu e a deixar vagarosamente a presidencia, e Castelar, que alguns amigos conseguem por fim fazer sair da sala.

Ao meio dia estava constituido o Governo do General Serrano.

Mas reatemos o fio : intentado pela segunda vez na Peninsula o regimen republicano, o desenrolar d'esta segunda experiencia apparece-nos quasi inteiramente analogo ao da primeira, quasi com os mesmos homens, e de todo com os mesmos erros, os mesmos inconvenientes, as mesmas difficuldades insuperaveis ; verificando-se esta surprehendente reproducção, a quarenta annos de distancia, por um modo inteiramente natural e espontaneo — pois, como toda a gente sabe, não é a revolução hespanhola que os nossos tomam para modelo.

São as mesmas causas, d'ordem ethnica, produzindo os mesmos effeitos : é a mesma semente dando origem aos mesmos fructos. O que isto realmente demonstra é a inadaptabilidade do regimen republicano ás nações da raça iberica ; inadaptabilidade contra que nada provam as Republicas da America latina, antes a confirmam com o seu desregramento administrativo, as suas oligarchias, a sua permanente desordem politica, que na Europa já teria

determinado ou a mutação d'instituições n'esses paizes, ou a sua absorpção por outros que lá dentro impozessem a ordem. E a inviabilidade d'um regimen de fórmulas nimiamente democraticas comprehende-se muito bem ao tratar-se dos povos peninsulares cujos excessos de temperamento precisam de ser contidos por uma auctoridade solida e cujas inconsequencias, cuja insegurança d'opinião, cuja nativa mobilidade d'impressões e de resoluções, cuja defeituosa educação politica, influenciando os elementos mutaveis de governo (os parlamentos, os ministerios) carecem de ser attenuadas pela existencia d'um poder fixo cuja transmissão se effectue automaticamente segundo regras preestabelecidas e que se exerça n'uma orbita inatingivel ás irraciocinadas inconstancias da multidão, por assim dizer afrouxando-as como um para-choques. Esse é o poder real; não o *poder pessoal* como dizem alguns intentando uma grosseira confusão de palavras, mas sim o que constitue o exercicio legitimo e normal da magistratura régia conforme as attribuições estatuidas na lei politica fundamental do paiz.

Supponhamos que ao proclamar a sua independencia a Bulgaria havia estabelecido no paiz o regimen republicano. Como poderia ter obtido a modelar organização administrativa, economica, politica e militar que está agora fructificando maravilhosamente e que é o resultado da unidade e continuidade de vistas e d'acção d'esse mesmo poder fixo do Estado, o poder real?



Tudo isto porém, e o muito mais que poderia haver a dizer em desenvolvimento da materia, é mero byzantinismo em face do estado actual do problema politico portuguez.

Nós os monarchicos, procurando a destruição da Republica, não corremos atraz d'uma formula. Isso fizeram-no os republicanos (falo d'um ou outro que

no meio d'aquella horda faccinorosa e esfaimada possa ter concebido intenções sinceras) quando, em frente d'uma situação nacional realmente insatisfatoria, imaginaram porventura redimir a Patria substituindo-lhe por outras as suas instituições proprias e tradicionaes.

Esses sim, que fizeram metaphysica. A nossa questão, pelo contrario, é muito positiva, muito chã e d'uma simplicidade que não pode ser excedida.

As condições do paiz sob a Monarchia seriam o que os republicanos quizérem. Mas :

As despesas publicas eram menores ;
as receitas eram mais avultadas ;
devia-se menos ;

era menor o *deficit* orçamental ; era menor a circulação fiduciaria e mais volumosas as reservas metallicas que lhe serviam de garantia no Banco emissor ; os cofres do Estado tinham mais dinheiro ;

emigrava-se menos ;

não havia penitenciarios nem exilados politicos ;
mantinha-se a ordem ;

os serviços publicos corriam melhor, desempenhados por um pessoal mais intelligente e sabedor ;

assegurava-se o respeito pelos direitos publicos e privados do cidadão, a principiar pelo direito á vida ;

possuia-se um exercito pelo menos disciplinado ;

gosava-se uma situação internacional que chegou a ser brilhante ;

a economia publica e privada florescia ; augmentava a riqueza nacional ; a agricultura, o commercio e, em certa escala, a industria, progrediam gradual e incessantemente ;

não faltavam braços para o trabalho nem occupação para os trabalhadores ;

ganhava-se mais ;

a vida era mais barata ;

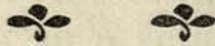
pagava-se menos de impostos.

Se isto tudo era assim ha dois annos — e ninguem se lembra de o contestar porque não se trata de meras

proposições mas de factos verificados, a maior parte d'elles numericamente — e se esta situação mudou para peor com a Republica, com os seus processos e com os seus homens, nós queremos naturalmente destruir a Republica, inutilisar os seus homens, procrever os seus processos. Queremos remover a causa para atalhar aos effeitos. Queremos rehaiver aquillo que nos tiraram, ou que não nos tirem o pouco que nos resta.

Se os republicanos nos demonstrarem que a Monarchia era má, implicitamente nos persuadem de que a Republica é pessima. Ora nós, ainda n'esta hypotheze, preferiríamos evidentemente o *mau* ao *pessimo*; principalmente quando esse pessimo o é tanto, que nos tem á beira d'este dilemma inilludivel : — ou o paiz o esmaga, ou elle aniquilla o paiz em duas pale-tadas.

Aqui não ha metaphysica ; e tudo o que vae fóra d'isto é palavrorio vão.



A versão de que o paiz era detestavelmente administrado sob a Monarchia póde ter um fundo de verdade ; esse fundo de verdade é que o paiz não era tão excellentemente administrado quanto o poderia e deveria ser.

Mas a referida versão carece de ser considerabilissimamente corrigida, em primeiro logar desembaraçando-a do que n'ella é filho da calumniosa e abjecta propaganda dos republicanos, que chegados ao poder e encontrando ao seu dispôr todos os elementos d'investigação e de prova, nem mesmo com as suas anciosas rebuscadelas e com a sua proverbial falta de escrupulos lograram dar umas apparencias de fundamento ás graves imputações que na opposição tinham feito á administração monarchica ; em segundo logar confrontando-a com o que se passa na generalidade dos paizes, sob todas as fórmãs de governo, para se poder estabelecer se certos desperdicios, erros, abusos e

digamos mesmo delictos na gerencia dos dinheiros publicos fôram vicio exclusivo da Monarchia portugueza, ou se não serão antes inherentes á administração de todo e qualquer Estado — e ainda se n'esse confronto a nossa administração publica sob o regimen monarchico teria a ganhar ou a perder.

Finalmente, tornar-se-ia necessario recordar se na Monarchia se produziu alguma tentativa para moralisar rigorosamente o governo do Estado, o que aconteceu a quem se metteu em tal e quem foi que principalmente impediu, por todas as maneiras ainda as mais vis e em ultimo recurso pelo assassinio, o exito d'esse patriotico empreendimento.

Esse estudo levar-nos-ia, por hoje, muito longe, sobretudo se pretendessemos logicamente fazel-o seguir por uma exposição d'aquillo que os monarchicos pódem ter em vista, ao propôr-se a substituir os republicanos no governo da Nação ; pois os seus intuitos não são, evidentemente, de restabelecer em Portugal pura e simplesmente a Monarchia, com os costumes, as formulas e os procedimentos que a experiencia, o raciocinio e as manifestações sensatas da verdadeira opinião publica possam ter indicado como inconvenientes e erroneos.

Mas o que salta aos olhos são os resultados irrefragaveis e tremendos da obra republicana ; é a pavorosa differença entre aquillo que a Republica herdou na dois annos do regimen monarchico e o que ella n'este momento legaria á Restauração, mesmo que a Restauração não se fizesse esperar. Eis o que não pode deixar duvidas sobre a causa do mal e o seu possivel — apenas possivel ! — remedio. Eis o que não pode fazer hesitar entre um e outro partido, não direi já os portuguezes patriotas, mas os proprios egoistas intelligentes, não dispostos a sossobrar amarrados a um cadaver, que leva felizmente para os abyssos, filados pela gorja, toda uma legião d'ineptos e de criminosos communs, travestidos de politicos, que o partido republicano seleccionou por um duplo processo : — assimilando por sympathia todos

os incapazes intellectuaes ou moraes, repellindo automaticamente todas as pessoas de bem que se lhe acercavam.

Pobre Republica irrisoria — irrisoria apesar de todos os seus crimes e de todas as suas infamias — pobre republiqueta *de bôrra*, tendo por parlamentares o Nunes da Matta e o Sá Pereira das *lácunas* e das *sinécuras*, por ministros uns taes Cerveiras e uns taes Ferreiras, por financeiro o Thomé das quinquilharias, por chefe um pensador de Jardim Zoologico, por embaixadores o engoiadinho Eusebio e o antigo freguez do *Pito dos Pobres* portuense — triste republiqueta comida de dividas, esmolando a todas as portas um emprestimo que ninguem lhe faz, passando uma vida allucinada entre a sombra do carbonario e o phantasma do conspirador, execrada pelo operario a quem atraçoou, despresada pelo soldado e pelo marujo que indisciplinou e que conhecem melhor do que ninguem a « audacia » dos seus « chefes revolucionarios » e a « respeitabilidade » dos seus « homens eminentes » — e que assim, sem dinheiro, sem credito, sem administração, sem uma burocracia capaz, sem ordem publica nem elementos para a manter, sem eleitores, sem um unico estadista com cabeça e com prestigio de qualquer especie, n'uma situação em que seria necessaria uma pleiade de genios para suster o regimen, imagina poder atamancar a existencia por intermedio de meia duzia d'alferes sem discernimento, que se encontram uns aos outros immensamente *marciaes* de cada vez que enviam para a Penitenciaria mais uma creada de servir ou mais um pobre diabo de camponio conspirador, que nem os entende, nem elles o entendem !...

Gustavo Le Bon, falando dos ensinamentos psychologicos que o fim da Convenção nos póde fornecer, escreve :

« Um dos mais impressionantes é a incapacidade
« da violencia para dominar por muito tempo as
« almas. Nunca um governo possuiu meios d'acção

« tão temiveis e todavia, apesar da guilhotina per-
« manente, apesar dos delegados á provincia escol-
« tados pelo carrasco, apesar das suas leis draconia-
« nas, a Convenção teve que lutar perpetuamente
« contra tumultos, insurreições e conspirações...
« Esta Assembleia, que se julgava soberana, combatia
« forças invisiveis, fixadas nas almas, e que as coa-
« ções materiaes não dominam. Não comprehendeu
« jamais o poder d'estes mobeis occultos e luctou
« em vão contra elles. As forças invisiveis aca-
« baram por triumphar. »

No emtanto, o instrumento de terror a que se reporta o philosopho francez era a Convenção, que teve a despeito de tudo alguma grandeza; não qualquer coisa como os nossos *tribunaes marciaes*, que nem por muito boçaes e muito atrozes deixam de ser, sob o ponto de vista da *marcialidade*, uma palhada, que nas cavaqueiras de caserna deve render boas barrigadas de riso á soldadesca arteira e aos cabos carbonarios, senhores dos cordelinhos d'aquillo tudo...

ANNIBAL SOARES.

EXPEDIENTE

As pessoas a quem temos enviado *Chronica do Exilio* rogamos a fineza de nos remetterem a importancia das suas assignaturas, pois, juntamente com o numero 4, serão enviados os recibos para cobrança. Os snrs. Assignantes tanto de França como de Portugal e Brazil e outros pontos do estrangeiro não preferindo enviar por intermedio d'outras pessoas a importancia das suas assignaturas, pódem fazelo por vale do correio, **Bon de la Poste** ou estampilhas francezas, dirigido á

EMPRESA EDITORA *Chronica do Exilio*.

